

RECURSO ESPECIAL Nº 1.782.457 - SP (2018/0313841-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : BANCO GMAC S.A
ADVOGADOS : DANIEL NUNES ROMERO - SP168016
SIDNEI FERRARIA E OUTRO(S) - SP253137
RECORRIDO : MARIVALDO MATIAS DOS SANTOS
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO GMAC S.A., com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 52):

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. Interposição contra decisão que, em sede de ação de busca e apreensão, determinou a emenda da petição inicial para efeito de comprovação a mora do devedor. Hipótese não inserida no rol taxativo do artigo 1.015, do Código de Processo Civil. Decisão de não conhecimento do recurso mantida. Agravo interno não provido."

Em suas razões, o recorrente sustenta, em síntese, que *"o rol do artigo 1.015, do Código de Processo Civil, apesar de razoavelmente detalhado [...] evidentemente não é exaustivo"* (e-STJ, fl. 64) e, portanto, permite interpretação extensiva, de modo que deve ser reconhecido o cabimento do agravo de instrumento no caso, sobretudo porque *"postergar o deferimento da liminar para que o recorrente realize novos atos de constituição em mora através de nova notificação de Cartório ou protesto do título, não trarão benefícios ao processo"* (e-STJ, fl. 64).

Não foram apresentadas as contrarrazões apresentadas.

É o relatório. Passo a decidir.

Esta Corte Superior, ao julgar o REsp 1.696.396/MT, sob o rito dos recursos especiais repetitivos (Tema 988), decidiu que o *"rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação"* (Relatora a Ministra Nancy Andrighi, Corte Especial, DJe de 19/12/2018).

Assim, de acordo com tal orientação, para se aferir o cabimento do agravo de instrumento fora das hipóteses previstas no art. 1.015 do CPC/2015, é necessário

investigar se há situação de urgência que justifique a imediata análise da questão diante da inutilidade do julgamento diferido se discutida e examinada apenas por ocasião do julgamento da apelação. Extraí-se do referido acórdão:

"[...] deve-se admitir o reexame imediato da decisão interlocutória que verse, por exemplo, sobre a estrutura procedimental que deverá ser observada no processo, seja nas hipóteses em que a lei prevê um determinado procedimento especial em virtude das especificidades do direito material (de que são exemplos a ação e exigir contas, as ações possessórias, a ação de dissolução parcial de sociedade, a ação de divisão ou de demarcação de terras particulares e a ação monitória, dentre outros), seja nas hipóteses em que as próprias partes celebrarem negócio jurídico processual (art. 190, caput, do CPC) acerca do procedimento a ser observado no litígio que as envolve."

No caso, observa-se que o islutre Magistrado de primeiro grau, em sede de ação de busca e apreensão fundada em alienação fiduciária de bem móvel, determinou ao autor a emenda da inicial, a fim de que fosse juntada notificação válida do réu, com a finalidade de comprovação da mora. Entendeu que a notificação juntada aos autos, realizada por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos, situado em comarca diversa do domicílio do devedor, não pode ser considerada válida.

Tal *decisum* foi objeto de agravo de instrumento, que foi desprovido pelo Tribunal de origem, nos seguintes termos (e-STJ, fl. 53):

"A pretensão deduzida no agravo de instrumento é de reforma da decisão que determinou a emenda da petição inicial da ação de busca e apreensão para efeito de comprovação da mora do agravado, recurso não conhecido porque referida matéria não está inserida no rol do artigo 1.015, do Código de Processo Civil.

Tal decisão merece subsistir, não sendo possível reconhecer nenhuma ofensa ao texto constitucional, certo que constituiu opção do legislador infraconstitucional com a elaboração do novo Código de Processo Civil catalogar as hipóteses de cabimento do agravo de instrumento.

Demais disso, a determinação contida no 'decisum' atacado não exige nenhuma providência acima das forças do agravante, sendo perfeitamente possível o seu cumprimento, com o que restará observada a Lei aplicável à espécie."

Levando-se em consideração que o objeto do agravo diz respeito à

definição de questão procedimental essencial para constituição da mora, penso que a hipótese dos autos se enquadra na excepcionalidade assinalada no referido recurso repetitivo, sobretudo diante da jurisprudência desta Corte.

Deveras, é firme a orientação de que "*o envio da notificação extrajudicial no endereço contratual do devedor é suficiente para constituí-lo em mora*" (AgInt no AREsp 1.286.619//MS, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, DJe de 20/11/2018).

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, a fim de que o Tribunal de origem, suplantada a discussão de admissibilidade do agravo de instrumento, examine a questão de mérito suscitada pelo ora recorrente.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator